

AS CIDADES DE LISBOA E PORTO
NA VIRAGEM DO SÉCULO XIX
— CARACTERÍSTICAS DA SUA EVOLUÇÃO
DEMOGRÁFICA: 1864-1930*

por **Teresa F. Rodrigues**
Olegário A. Vieira Ferreira

Tem aumentado nos últimos tempos o número de investigadores que procuram formular teorias sobre o desenvolvimento urbano e as relações da cidade com a sua respectiva área metropolitana.

Com diversas formações dentro das Ciências Sociais e Humanas, é todavia surpreendente que, na generalidade, pareçam ignorar que muitas das características e comportamentos encontrados na actualidade respeitem uma ordem e lógica funcionais, que têm origem em épocas anteriores. A sua análise, ao perder a perspectiva temporal, arrisca-se a não apreender toda a complexidade subjacente à dinâmica própria dos centros urbanos.

* Comunicação apresentada no Congresso «O Porto de Fim do Século (1880-1910)» (Ateneu Comercial do Porto, 31 de Janeiro a 6 de Fevereiro de 1991).

Referimo-nos, por exemplo, às formas diversas de ocupação do espaço, que permitem destacar várias zonas sem correspondência com os limites administrativos impostos. Nelas são visíveis distintas realidades socioeconómicas, etárias e diferentes comportamentos face à vida e à morte, que tocam aspectos tão variados como as formas de coabitação e estrutura familiar ou a mortalidade diferencial.

Os indicadores demográficos permitem identificar essa complexidade, com a vantagem de podermos efectuar comparações directas, porque baseadas no mesmo tipo de dados nos mesmos anos, entre as áreas que seleccionarmos. No caso presente, as duas maiores cidades do País, da segunda metade do século XIX aos primeiros trinta anos deste Século.

Privilegiamos esta abordagem, conscientes da necessidade de encontrar outras formas de identificação do espaço urbano (fontes fiscais ou directivas de planeamento regional, entre outras) que, no entanto, fogem à nossa perspectiva de momento.

Desta forma, a linha em que nos colocamos visa utilizar apenas as variáveis demográficas imprescindíveis para responder à hipótese que enunciamos noutra ocasião, desta feita alargada a Lisboa e Porto¹. Tentaremos, por um lado, demarcar as principais semelhanças e diferenças entre as duas cidades e os distritos a que dão o nome e, por outro, caracterizar a diversidade interna, para numa última fase destacar as zonas internas distintas no seio de cada urbe.

A selecção destas áreas será efectuada com base nos seguintes critérios: ritmos de crescimento, densidade de povoamento, composição etária e por sexos, origem geográfica dos residentes. Para obter os dados necessários servimo-nos basicamente dos primeiros sete recenseamentos da população portuguesa (1864, 1878, 1890, 1900, 1911, 1920 e 1930) e ainda do *Censo Extraordinário das Cidades de Lisboa e Porto*, referente ao ano de 1925. Recolheram-se os totais de nascimentos e óbitos ocorridos nos anos enquadrantes aos dos censos, embora seja muito irregular a sua publicação até ao fim da primeira década do nosso Século (1889-92, 1901-02, 1910-13, 1919-22 e 1929-32).

Porém, a má qualidade das fontes levanta sérias dificuldades à sua linear utilização. Uma das primeiras tarefas do demógrafo é assim a de avaliar o rigor dos resultados disponíveis. Existem para tal efeito vários

¹ Nomeadamente a comunicação apresentada por Teresa Rodrigues no congresso sobre «O Porto na Época Contemporânea», promovido pelo Ateneu Comercial do Porto em 1989, intitulada «A Dinâmica Populacional do Porto em finais do século XIX».

métodos, com destaque para o ICNU², embora a sua aplicação a estes núcleos levante certos problemas, devidos às flutuações introduzidas pelos pequenos números, pela atracção por certas idades e pelas correntes migratórias, diferenciais em termos etários e por sexo.

Apresentamos no Quadro I os resultados do ICNU, introduzindo-lhes uma correcção adicional³. Dois aspectos devem ser realçados face aos valores obtidos. O primeiro sobre a inexistência de diferenças substanciais de qualidade nos censos dos dois núcleos. O segundo relativo à melhoria progressiva dos resultados, com um salto qualitativo em 1890, a que não será estranha a nova arrumação em grupos de idades quinquenais. A partir dessa data, os valores censitários deixa de ser muito maus e chegam em certos casos a apresentar uma qualidade superior à verificada nos distritos em que se integram.

QUADRO 1

Resultados do I.C.N.U. aplicado aos recenseamento de Lisboa e Porto (valores corrigidos)

	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1925	1930
Lisboa	74,4	81,8	50,8	37,4	24,2	26,1	20,6	24,4
V. Cor.	71,5	78,5	47,5	34,5	20,9	23,1	17,8	21,9
Porto	109,4	81,7	43,2	37,1	26,4	22,7	26,7	22,8
V. Cor.	106,8	78,9	38,9	34,6	23,5	19,9	24,2	19,5

É possível que essa melhoria esteja também relacionada com a progressiva diminuição da percentagem de indivíduos com idade desconhecida, que se sabe indiciar, quando muito elevada, a má qualidade da informação. Assim, quanto maior o número de população arrolada de idade desconhecida, pior a qualidade geral do recenseamento. A este nível a situação em Lisboa é pior que a do Porto até ao século XX, embora depois se mantenha pouco mais elevada. (Quadro 2)

Resta-nos apontar algumas mudanças administrativas que se operaram nestas cidades e podem levar a uma abordagem enganadora da

² A explicação da lógica subjacente ao Índice Combinado das Nações Unidas, bem como os métodos para controlar a qualidade dos dados censitários encontra-se, entre outros, em J.M. Nazareth, *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, Lisboa, Ed. Presença, 1988, pp. 191-192.

³ Foi aplicado o coeficiente correctivo proposto para universos com população inferior a um milhão. Cf. Custódio Cónim, *Algumas Características sobre a qualidade dos Dados Censitários. Recenseamentos da População, 1864-1970*, INE, Lisboa, 1980, pp. 92 e 125.

QUADRO 2
População de idade desconhecida nos recenseamentos efectuados em Lisboa e Porto:
1864 a 1930 (%)

	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1925	1930
Lisboa	2,8	4,2	4,0	3,8	0,5	1,2	0,2	0,1
H	3,7	4,2	4,3	4,2	0,6	1,1	0,2	0,1
M	2,0	4,1	3,6	3,4	0,5	1,2	0,2	0,1
Porto	0,4	0,1	0,6	0,8	0,4	0,5	0,3	0,2
H	0,4	0,2	0,6	0,9	0,4	0,6	0,2	0,2
M	0,4	0,1	0,6	0,8	0,5	0,5	0,2	0,2

evolução global dos efectivos. Em 1864, o Porto encontrava-se dividido nos Bairros de Santa Catarina, Cedofeita e Santo Ovídio, que incluíam doze freguesias. No segundo censo, o concelho fora repartido nos Bairros Oriental e Ocidental e só em 1900 se verificam novos reajustamentos, que serão os últimos até 1930. As freguesias de Aldoar, Nevogilde e Ramalde são agregadas ao concelho entre 1895 e 1899.

Esta evolução é em Lisboa mais complexa. À data do censo de 1864, a capital contava 34 freguesias repartidas pelos Bairros de Alcântara, Alfama, Bairro Alto e Rossio. Em 1878, a divisão fazia-se entre os Bairros Ocidental, Central e Oriental. O recenseamento de 1890 inclui duas novas freguesias, Sacavém e Camarate, que logo deixam de lhe pertencer. Passam a existir quatro bairros, o primeiro com catorze freguesias, o segundo com onze, o terceiro com treze e o último com quatro, num total de 44. Este quantitativo desce para 42 em 1900, retomando-se a divisão até 1911. Em 1919 são agregadas ao espaço urbano as freguesias da Ameixoeira, Benfica, Carnide, Charneca, Campo Grande, Lumiar e Olivais, registando-se em simultâneo a fusão de certas paróquias do centro. Só assim se compreende que, após a inclusão das primeiras, o total se mantenha inalterado.

1. Efectivos globais e ritmos de crescimento

À data dos vários recenseamentos foi efectuada a contagem dos indivíduos presentes, ausentes ou transeuntes nas freguesias a 1 de Janeiro (1864 e 1878) ou 1 de Dezembro (1890 e seguintes). Em cada fogo enumeraram-se os estantes, distinguindo o sexo, a idade, o estado religioso, o nível de instrução e características particulares. A partir de 1890 são pedidas outras informações, nomeadamente sobre profissão e

composição das famílias. Tomou-se a freguesia como espaço de referência nos dois primeiros, mas nos posteriores a estrutura etária e por sexos é agregada em bairros, o que nos impede de comprovar para datas posteriores a 1878 algumas questões que reputamos pertinentes.

Entre 1860 e 1930 observa-se um aumento populacional contínuo nas duas urbes, embora com intensidades que reflectem diferentes conjunturas, de âmbito local ou mais vasto (Gráfico 1). Em termos absolutos, retenha-se a crescente importância dos dois concelhos dentro dos distritos, apesar destes serem dos mais dinâmicos no todo nacional

QUADRO 3
Volumes populacionais observados de 1864 a 1930 nas cidades de Lisboa e Porto

	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1925	1930
Lisboa	199056	229626	301206	356009	435359	486372	529524	594390
Dist. %	45,4	45,8	49,3	50,2	51,1	52,1	—	65,6
País %	5,1	5,3	6,5	7,1	7,8	8,7	—	9,3
Porto	90391	104938	138860	167955	194009	203091	215625	232280
Dist. %	21,9	22,7	25,4	28,1	28,6	28,9	—	28,7
País %	2,3	2,4	3,0	3,3	3,5	3,6	—	3,7

O fenómeno urbano, que marca a segunda metade do século XIX estende-se às primeiras décadas do segundo, tornando as duas cidades pólos de atracção crescente, em grande parte responsáveis pelo fenómeno do êxodo rural das zonas distantes. O momento mais notável para qualquer delas são os anos 80 e 1920, a partir do que se acentua a diferença entre Lisboa e Porto. Com cerca de 90 mil habitantes, a última corresponde em 1864 a 45% da população da capital, que ronda então as 200 mil almas. Essa percentagem sobe até aos 47% em 1900, para descer a 39% durante o primeiro quartel do século XX.

Em Lisboa vivem cerca de metade dos habitantes do distrito e se, entre 1864 e 1920, o seu peso sobe gradualmente, o processo torna-se muito vincado a partir do final da Primeira Grande Guerra. Em termos nacionais, o aumento da capital é ainda mais espectacular, mantendo-se moderado até 1878, para subir rapidamente e corresponder em 1930 a perto de um décimo da população portuguesa.

A cidade do Porto aumenta também, com fases muito marcadas, sobretudo entre 1878 e 1900 (Quadro 4). Nesse período cresce 53%, mais que Lisboa, mas o ritmo desacelera a partir do início do século XX.

QUADRO 1 - Resultados do I.C.N.U. aplicado aos recenseamentos de Lisboa e Porto (valores corrigidos)

	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1925	1930
Lisboa	74,4	81,8	50,8	37,4	24,2	26,1	20,6	24,4
V.Cor.	71,5	78,5	47,5	34,5	20,9	23,1	17,8	21,9
Porto	109,4	61,7	42,3	37,1	26,4	22,7	26,7	22,8
V.Cor.	106,8	78,9	38,9	34,6	23,5	19,9	24,2	19,5

QUADRO 2 - População de idade desconhecida nos recenseamentos efectuados em Lisboa e Porto: 1864 a 1930 (%)

	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1925	1930
Lisboa	2,8	4,2	4,0	3,8	0,5	1,2	0,2	0,1
H	3,7	4,2	4,3	4,2	0,6	1,1	0,2	0,1
M	2,0	4,1	3,6	3,4	0,5	1,2	0,2	0,1
Porto	0,4	0,1	0,6	0,8	0,4	0,5	0,3	0,2
H	0,4	0,2	0,6	0,9	0,4	0,6	0,2	0,2
M	0,4	0,1	0,6	0,8	0,5	0,5	0,2	0,2

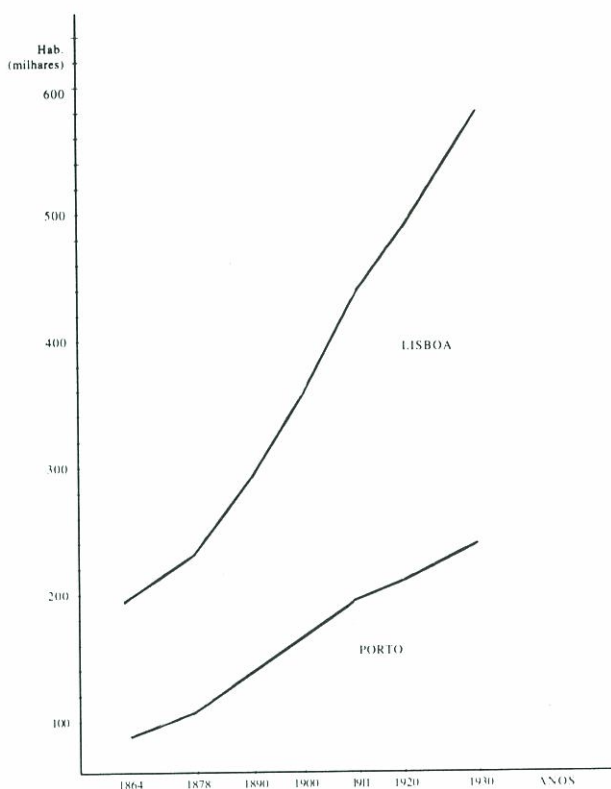


GRÁFICO 1 — Evolução do volume populacional das cidades de Lisboa e Porto entre 1864 e 1930.

O seu crescimento é ainda elevado, embora inferior ao da capital, mantendo em relação ao distrito um peso que nunca excede 30%.

QUADRO 4

Taxas de variação e crescimento anual médio observado em Lisboa e Porto: 1864-1930 (%)

	1864/78	1878/90	1890/00	1900/11	1911/20	1920/30	1864/1930
Lisboa							
Tx. Var.	15	32	17	23	12	22	199
T.C.A.M.	1,0	2,3	1,7	1,8	1,2	2,0	1,7
Porto							
Tx. Var.	16	32	21	16	5	14	157
T.C.A.M.	1,1	2,4	1,9	1,3	0,5	1,4	1,4

Ao longo dos setenta anos analisados, Lisboa quase triplica os seus efectivos, com uma taxa de crescimento anual médio estimada em 1,7%, enquanto o Porto se fica por um acréscimo de 157%, a que corresponde uma taxa média anual de 1,4%.

Os dois espaços são também muito diferentes no que respeita às superfícies que compreendem, incluindo áreas extramuros durante parte de Oitocentos, mas que desde longa data se integravam na funcionalidade da rede urbana, no que concerne à circulação de gentes e bens (Quadro 5)⁴. A partir de valores iniciais semelhantes, que em 1864 rondam os 24 hab/ha e sobem para 28 e 36 nas décadas seguintes, a capital registará

QUADRO 5

Densidade nas cidades de Lisboa e Porto entre 1864 e 1930 (hab./ha)

	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	Área (aprox.)
Lisboa	23,7	27,4	35,9	42,5	51,9	58,0	70,9	8384,0 ha
Porto	24,0	27,8	36,8	44,5	51,5	53,9	61,6	3770,5 ha

em seguida densidades sempre superiores às portuenses, apesar de nela serem ainda perceptíveis espaços pouco preenchidos em termos humanos.

⁴ Valores retirados da Carta Administrativa de Portugal.

Em 1930 existem em média 71 hab/ha em Lisboa e apenas 62 no Porto.

Ligados às questões de povoamento encontram-se os tipos e

QUADRO 6
Dimensão média dos fogos nas cidades de Lisboa e Porto: 1864-1930

	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930
Lisboa	4,1	4,2	4,5	4,6	4,7	4,8	3,9
Porto	4,3	4,5	4,4	4,4	4,5	4,5	4,3

formas de habitação. Os dados referentes ao número de fogos e respectiva composição parecem provar a existência de uma relação quase directa entre aumento populacional e aumento da dimensão média dos fogos (Quadro 6). Assim, este último acréscimo parecia ligado à maior intensidade da imigração ou da natalidade. Seguindo este raciocínio, é curioso verificar a descida registada na capital em 1930.

Remetendo-nos ao Quadro 7, é possível verificar uma progressiva diversidade de situações nos dois espaços urbanos. A partir de 1900, Lisboa regista alterações a que não será estenho o seu rápido crescimento. Na cidade nortenha são mais ligeiras as diferenças ao longo do tempo.

QUADRO 7
Famílias e sua composição nas cidades de Lisboa e Porto: 1890-1920 (%)

	1 p.	2 p.	3 p.	4 p.	5 p.	6 p.	7 e + p.
Lisboa							
1890	9,1	18,5	19,0	16,5	12,4	9,0	15,5
1900	7,1	17,5	19,1	16,7	12,8	9,4	16,6
1911	6,3	16,2	18,7	16,9	13,5	12,5	16,0
1920	4,6	14,2	18,6	18,2	14,7	13,6	16,1
Porto							
1890	12,2	18,4	18,1	15,3	11,6	9,0	15,3
1900	10,7	18,9	18,0	14,7	11,8	9,0	16,9
1911	9,1	17,5	17,6	15,6	12,6	11,3	16,3
1920	8,0	17,1	18,6	16,6	13,5	11,5	14,6

O peso de cada tipo de família pouco se altera, embora diminua sempre a percentagem de fogos com uma ou duas pessoas, e aumente o número de famílias compostas por cinco ou seis membros. As casas com mais de sete habitantes tornam-se menos vulgares. Em parte este fenómeno

QUADRO 8
Taxas Brutas de Mortalidade, Natalidade e Nupcialidade registadas em Lisboa e Porto:
1890 a 1930 (%)

	LISBOA			PORTO		
Anos	T.B.M.	T.B.N.	T.B.Nup.	T.B.M.	T.B.N.	T.B.Nup.
1890	29,2	27,7	7,1	31,4	37,1	7,9
1900	27,7	27,2	6,1	36,0	37,1	7,2
1911	25,4	29,2	6,9	31,6	38,2	7,4
1920	26,6	23,1	9,8	31,5	27,8	9,6
1930	20,7	20,7	6,8	27,4	26,4	7,2

repete-se em Lisboa, excepto no que respeita ao último grupo que, no primeiro quartel do século XX continua muito significativo, assim como todos os fogos com três ou mais indivíduos.

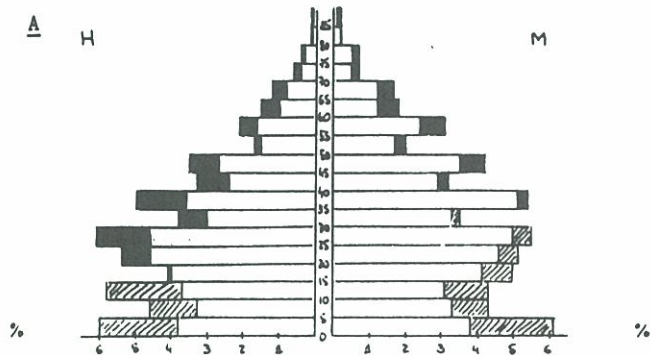
Vários indicadores podem explicar esta facto. Reportamo-nos aos níveis de natalidade e mortalidade verificados nessas cidades (Quadro 8) e que, no período entre 1890 e 1930, têm uma evolução claramente diferenciada.

A Norte nasce-se mais, morre-se mais e casa-se mais. Porém, a tais valores nem sempre correspondem saldos fisiológicos favoráveis. A partir de 1911, o Porto apresenta saldos negativos, apesar de inexplicavelmente no quadriénio de 1920 se ter verificado a mais elevada taxa de nupcialidade de sempre. O mesmo acontece na capital, podendo considerar-se uma consequência da conjuntura específica em que ocorreu.

Em Lisboa todos os valores são menos expressivos e, à excepção do período de 1911, os saldos naturais são sempre levemente negativos. A natalidade regista uma descida acentuada em 1919-22, momento em que a mortalidade continua bastante elevada. Os anos 30 patenteiam já uma quebra relativas nestes indicadores, denotando uma situação emblemática da segunda fase de transição demográfica.

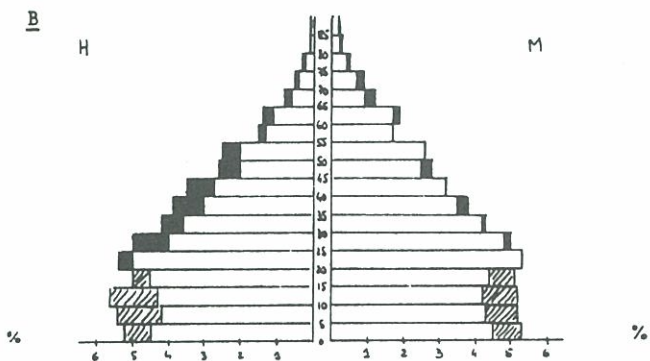
No que respeita à estrutura populacional das duas cidades, as diferenças são também assinaláveis. Não devemos esquecer a má qualidade dos dados, que é responsável por algumas distorções, das quais se destaca a atracção pelas idades terminadas em zero e a inclusão em 1864 e 1878 num só grupo de todos os menores de 6 anos. Mas em termos

• 1864 •



CONVENÇÕES: Lisboa ■
Porto ▨

• 1900 •



• 1930 •

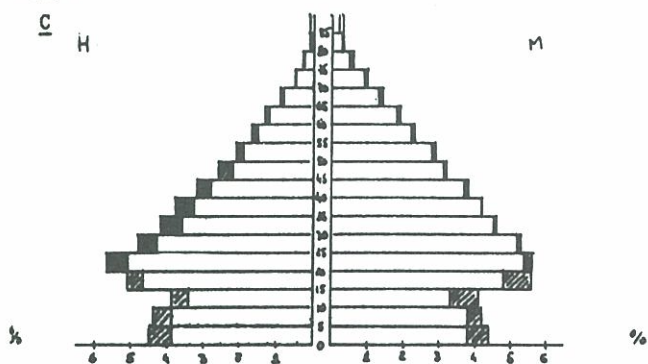


GRÁFICO II — Pirâmides de Idades em Lisboa e Porto (1864-1930)

comparativos esses aspectos são pouco determinantes, porque idênticos em ambas.

Uma rápida análise das pirâmides de idades apresentadas no Gráfico 2 sugere-nos alguns reparos. As duas cidades distinguem-se logo em 1864, com diferenças que tendem a esbater-se.

O Porto apresenta no início uma estrutura própria de regiões com forte crescimento, basicamente causado por níveis elevados de fecundidade, o que acentua o peso dos grupos etários mais jovens. Assim, 21% da sua população tinha menos de dez anos. Faz-se depois sentir a influência da imigração, sobretudo entre os 20 e os 30 anos, um pouco mais cedo e com maior intensidade no sexo feminino. A mortalidade é responsável pelo global decréscimo de efectivos. Em 1864 apenas 4,2% dos portuenses tinha mais de 65 anos.

Esta estrutura sofre progressivas alterações. Em 1900 mantém-se o peso percentual dos jovens, mas a pirâmide evidencia maior regularidade dos grupos etários até aos 25 anos. Os maiores de 65 são apenas 3,8% dos recenseados. É a fase do forte desenvolvimento económico da cidade. Muito diferente é a situação trinta anos depois, denotando a descida dos níveis de natalidade nos últimos quinze anos. Em 1930, os menores de 10 anos correspondem apenas a 17,7% do total e os idosos a 5%, valor pela primeira vez registado.

Nesta data é curiosa a semelhança da estrutura etária nos dois centros urbanos, embora continue inferior a percentagem de menores na capital, e mais forte a da população em idade activa, sobretudo masculina. Esta diferença poderá ser explicada pela intensidade da imigração para Lisboa, bem como pela maior influência do fenómeno emigratório masculino no norte do país.

Mas o que verdadeiramente distingue as duas áreas é a reduzida importância das crianças a sul, surpreendente porque muito vincada desde a década de 60. Os grupos até 10 anos são apenas 14,2% dos recenseados em 1864, 17,5% em 1900 e descem a 15,4% em 1930. O impacto das migrações internas arrisca-se a alterar o natural crescimento da população, pelo que se torna incorrecto atribuir esse peso reduzido à precose descida dos níveis de natalidade. A capital é assim um espaço mais envelhecido na base e também no topo. À data do primeiro censo, 5,9% dos arrolados tinham mais de 65 anos e esse valor estima-se em 4,9 e 6,5% em 1900 e 1930, respectivamente.

Sob todas as perspectivas, 1900 parece marcar em ambos os centros o ponto de equilíbrio, mas também de viragem do fenómeno de crescimento populacional. Convirá, no entanto, fundamentar esta hipótese, recorrendo a outro tipo de indicadores (Quadro 9).

No Porto, a relação existente entre os dois sexos foi até ao fim do

QUADRO 9
Relações de masculinidade nas cidades de Lisboa e Porto: 1864, 1890 e 1930

G. Id.	L.	P.	L.	P.	L.	P.
0-4	100	100	101	99	102	102
5-9	102	107	98	103	101	105
10-14	118	135	103	107	103	96
15-19	96	84	103	99	98	92
20-24	118	91	101	95	106	91
25-29	123	83	101	84	92	82
30-34	116	85	97	85	91	79
35-39	91	71	103	87	89	78
40-44	104	86	108	85	84	76
45-49	83	76	92	83	82	73
50-54	86	89	98	75	74	67
55-59	68	69	84	78	73	68
60-64	85	90	75	65	69	64
65+	70	66	58	59	53	52

século XIX equilibrada, embora com uma ligeira supremacia do feminino. Ao longo dessa centúria verifica-se a gradual descida da percentagem de varões, causada pela emigração para espaços mais atractivos. Em 1930, por cada cem habitantes, 55 eram mulheres. A relação entre os sexos é a esperada até aos 15 anos, de acordo com o modelo de mortalidade vigente. Altera-se em seguida, primeiro devido à emigração, depois agravada pela sobremortalidade masculina após os 45 anos de idade.

É algo distinto o caso de Lisboa, uma vez que aí a atracção se exerce em ambos os sexos. Há também uma distribuição equilibrada até 1900, embora favorável aos efectivos masculinos. A crise dos anos 20 não foi tão sentida e nessa data por cada centena de mulheres existem 92 homens, contra 87 no Porto. De notar ainda (Gráfico 3) a relação entre os grupos de idade avançada, que em Lisboa surge menos distorcida.

Indo um pouco mais longe no que respeita às diferenças estruturais detectadas no tempo e nos dois espaços, devemos analisar a distribuição populacional por sexos e idades (Quadro 10). Esta classificação corrobora as conclusões já apontadas, com destaque para a estrutura jovem do Porto. De facto, os menores de 20 anos representam entre 40 e 42% da população total, excepto em 1920 e 1930, anos em que se fixam em 38%. São sobretudo homens e a migração de mulheres decai. Fenómeno

QUADRO 8 - Taxas Brutas de Mortalidade, Natalidade e Nupcialidade registadas em Lisboa e Porto: 1890 a 1930 (%)

Lisboa	T.B.M.	T.B.N.	T.B.Nup.	Porto	T.B.M.	T.B.N.	T.B.Nup.
1890	29,2	27,7	7,1		31,4	37,1	7,9
1900	27,7	27,2	6,1		36,0	37,1	7,2
1911	25,4	29,2	6,9		31,6	38,2	7,4
1920	26,6	23,1	9,8		31,5	27,8	9,6
1930	20,7	20,7	6,8		27,4	26,4	7,2

QUADRO 9 - Relações de masculinidade nas cidades de Lisboa e Porto: 1864, 1900 e 1930

G.Id.	L.	P.	L.	P.	L.	P.
0-4	100	100	101	99	102	102
5-9	102	107	98	103	101	105
10-14	118	135	103	107	103	96
15-19	96	84	103	99	98	92
20-24	118	91	101	95	106	91
25-29	123	83	101	84	92	82
30-34	116	85	97	85	91	79
35-39	91	71	103	87	89	78
40-44	104	86	108	85	84	76
45-49	83	76	92	83	82	73
50-54	86	89	98	75	74	67
55-59	68	69	84	78	73	68
60-64	85	90	75	65	69	64
65+	70	66	58	59	53	52

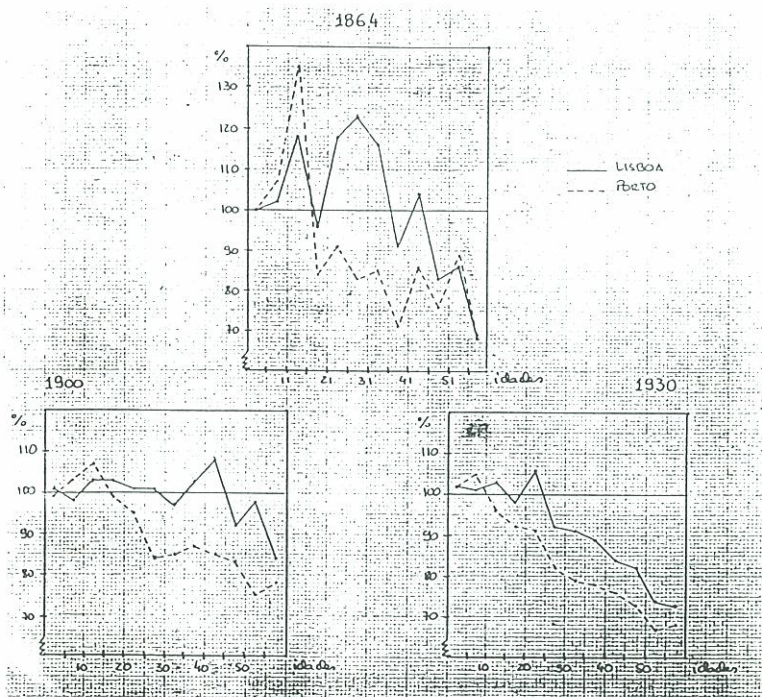


GRÁFICO 3 — Relações de masculinidade em Lisboa e Porto (1864-1930)

semelhante ocorre em Lisboa, mas aí o grupo nunca representa mais de 35% do total de efectivos, com valores máximos em 1900 e 1911, que se crê devido à imigração masculina⁵.

QUADRO 10
Estruturas populacionais por grandes grupos de idades em Lisboa e Porto:
1864-1930 (%)

	J(0-19)			A(20-59)			I(60+)		
	Tot.	H	M	Tot.	H	M	Tot.	H	M
Lisboa									
1864	29,1	29,8	28,4	61,8	62,4	61,2	9,1	7,8	10,3
1878	29,8	29,1	30,5	62,0	64,2	59,9	8,2	6,7	9,6
1890	33,1	32,8	33,5	58,1	60,2	56,0	8,8	7,0	10,5
1900	34,8	35,7	34,0	57,2	58,0	56,4	8,0	6,3	9,6
1911	35,1	36,1	34,1	57,2	57,5	57,0	7,7	6,4	8,9
1920	33,3	34,7	31,9	58,9	58,9	58,9	7,8	6,3	9,2
1930	31,6	33,6	29,8	59,8	59,7	60,0	8,6	6,8	10,2
Porto									
1864	40,3	43,5	37,4	53,4	50,8	55,7	6,3	5,7	6,9
1878	41,2	44,1	38,6	53,1	51,1	55,0	5,7	4,8	6,4
1890	41,0	43,9	38,2	52,1	50,4	53,7	6,9	5,7	8,1
1900	42,0	44,7	39,5	51,3	49,9	52,6	6,7	5,4	7,8
1911	41,4	44,3	38,7	51,8	50,1	53,4	6,8	5,6	7,9
1920	38,2	40,7	36,0	55,3	53,9	56,3	6,6	5,5	7,7
1930	38,1	41,0	35,6	54,8	53,2	56,2	7,1	5,8	8,2

O contrário verifica quanto à representatividade da população activa, sempre superior em Lisboa, de início mais intensa em relação aos homens, depois idêntico em 1920, com ligeira supremacia do sexo feminino em 1930. Globalmente, o peso percentual dos indivíduos entre os 20 e os 59 anos declina sempre, à semelhança do que acontece no Norte. Só que neste existe um maior número de mulheres, reflexo de intensidade diferenciada dos movimentos migratórios.

⁵ O recrutamento militar e o fenómeno da criadagem e dos aprendizes não podem ser esquecidos neste contexto.

No que toca aos mais idosos, dois aspectos devem ser realçados. Os residentes com pelo menos 60 anos são mais significativos na capital, crescendo ao ritmo do crescimento global urbano, com clara supremacia do sector feminino.

A análise dos índices-resumo (Quadro 11) permite completar esta afirmação. No atinente ao Índice de Vitalidade sobressai a juventude dos portuenses, embora com uma progressiva diminuição do fosso que a separa de Lisboa. Em 1864 existiam 31 velhos por cada cem jovens nesta última, enquanto o Porto se ficava pelos 16. Na viragem de Oitocentos essa relação fixava-se em 23 na primeira, mantendo-se constante no segundo. De seguida, a diferença entre os grupos etários extremos aumenta rapidamente a Norte, cresce de modo ténue a Sul, pelo que em 1930 a desvantagem de Lisboa é de apenas mais 6 idosos por cada cem jovens.

QUADRO 11
Índices-resumo das estruturas populacionais em Lisboa e Porto: 1864-1930 (%)

	In. Vital.		R. Dep. Jov.		R. Dep. Velh.		R. Dep. Tot.	
	L.	P.	L.	P.	L.	P.	L.	P.
1864	31,2	15,7	47,1	75,4	14,7	11,9	61,8	87,3
1878	27,5	13,8	48,0	77,5	13,2	10,7	61,2	88,2
1890	26,4	17,0	57,0	78,7	15,1	13,4	72,1	92,1
1900	22,9	15,9	61,0	81,7	14,0	13,0	74,9	94,7
1911	21,9	16,6	61,3	79,7	13,4	13,2	74,8	92,9
1920	23,5	17,4	56,4	69,1	13,2	12,0	69,7	81,2
1930	27,2	21,6	52,8	65,0	14,4	14,0	67,2	79,0

Os ratios de dependência acentuam os efeitos das diferentes estruturas existentes nas duas urbes, que tornam a população adulta menos agravada na capital pelo peso das restantes camadas etárias. Não devemos esquecer que muitos dos jovens trabalhavam.

Assim, o Ratio da Dependência Total, visto à luz do que conhecemos do crescimento destes centros, permite colocar em relação a Lisboa a hipótese da influência positiva da composição etária que caracteriza os indivíduos nela residentes. Ela contribui para o desagravamento de encargos em relação às camadas improdutivas. No Porto sente-se também a descida do RDT, mas que deriva do aumento da população mais

velha, quando diminui a percentagem de gente jovem, denotando assim menor dinâmica potencial de desenvolvimento.

2. Diversidade concelhia

As características e linhas de evolução esboçadas para as duas cidades não nos devem afastar da questão essencial que colocámos no início sobre a lógica funcional do crescimento urbano. Ela partia da análise do espaço citadino segundo várias perspectivas e visava destacar as zonas em que se poderiam subdividir Lisboa e Porto.

— *Dimensão populacional*

Reconstituímos os espaços urbanos, no propósito de manter constante a sua superfície durante todo o período, trabalhando assim com um total de 44 freguesias em Lisboa e 15 no Porto. A distribuição dos efectivos correspondentes reflecte o crescimento sofrido até 1930, com a gradual redução do número de freguesias pouco populosas, inicialmente mais frequentes em Lisboa. Ao invés, deve ser assinalado o aumento do número de paróquias com mais de vinte mil habitantes, primeiro no Porto, logo seguido na capital.

Importa saber que quase sempre as freguesias pouco populosas se situavam no centro histórico ou em áreas periféricas rurais, só tardiamente incorporadas na cidade e que eram em larga medida votadas ao abastecimento diário do centro urbano de produtos hortícolas e frutícolas. As zonas mais povoadas situavam-se numa faixa que separava geograficamente os dois primeiros grupos.

— *Densidade de povoamento*

A divisão paroquial feita de acordo com os efectivos recenseados esconde dissemelhantes formas de ocupação do solo, já que agrega sob os mesmo valores freguesias rurais e freguesias do núcleo de povoamento inicial. Nestas últimas, o número de residentes é baixo devido à pequena superfície e sobretudo ao fenómeno de terciarização económica; nas primeiras, pelo povoamento disperso dos seus residentes.

Teríamos assim nas duas cidades o seguinte panorama.

— um centro histórico, com densidades superiores a 200 habitantes/hm², que inclui freguesias de origem popular ou ligadas a actividades comerciais e marítimas próximas do rio;

— uma zona intermédia, que esconde maior variedade de situações, mas na qual progressivamente ganham vulto formas de povoamento intenso, sobretudo devido a um *boom* do sector secundário e afins. Nela residem muitos daqueles que trabalham nas zonas nobres da cidade;

— uma zona periférica, com densidades muito baixas, povoamento com características semi-rurais ou rurais, em cuja paisagem sobressaem quintas, antigas instituições conventuais e casas de assistência, bem como vestígios de pequenas aglomerações de origem aldeã.

— *Ritmos de crescimento*

As diferenças observadas ao nível dos ritmos distintos de crescimento validam o quadro já traçado.

No Porto verificam-se aumentos negativos ou fracos nas freguesias do centro, moderados na faixa intermédia, intensos na zona distante do centro, já nos limites da cidade.

Em Lisboa, o ritmo de crescimento urbano empola os resultados da zona intermédia, que cresce muito rapidamente, por oposição à área periférica que não aumenta com o mesmo vigor, dada a dispersão do povoamento e as características de aproveitamento do solo.

— *Estrutura populacional*

Neste âmbito queremos destacar três aspectos fundamentais: os grupos funcionais, as relações de masculinidade e a origem geográfica dos residentes nas várias freguesias.

No que concerne à primeira questão, a análise foi limitada aos anos de 1864 e 1878, pela já referida inexistência de informes a nível paroquial nos recenseamentos posteriores. Merece ser realçada a assimetria que o valor percentual do grupo jovem manifesta em Lisboa, onde oscila entre 24 e 44% do total da população. O Porto denota menor diversidade paroquial, fixando estes limites entre 35 e 46%.

Aí as freguesias mais envelhecidas na base situam-se no centro urbano, verificando-se uma ténue relação entre estes e a proporção de idosos (menos jovens/mais velhos), nomeadamente na Sé e em Santo Ildefonso.

Em Lisboa, são dezanove as freguesias com menos de 30% de jovens, situadas na sua esmagadora maioria no núcleo histórico delimitado pela Cerca Moura e na Baixa Pombalina. Com proporções superiores a 35% apenas encontramos 8 paróquias extramuros e ainda Santo Estevão, em Alfama. Essa área é também aquela onde existe maior número de indivíduos com mais de 60 anos. O factor económico

terá desempenhado um papel primordial, ao empolar nas zonas do centro o peso da população em idade activa, que não é tão evidente no caso do Porto.

A estrutura etária tem várias implicações na relação entre os sexos. Na Cidade Invicta do início da segunda metade do século XIX, o número de homens só excede o das mulheres em Nevogilde e Ramalde, no termo, e em São Nicolau e Vitória, no centro. Em 1930 esta relação alterara-se de modo substancial e a superioridade feminina verificava-se por toda a cidade.

O censo de 1864 mostra que em 60% das paróquias da capital residiam mais homens que mulheres, sobretudo no centro histórico de povoamento popular, nas áreas em rápida industrialização e na zona rural. Na viragem do século é clara e descida destes valores nas áreas extramuros, mantendo-se nas restantes até pelo menos o final dos anos trinta.

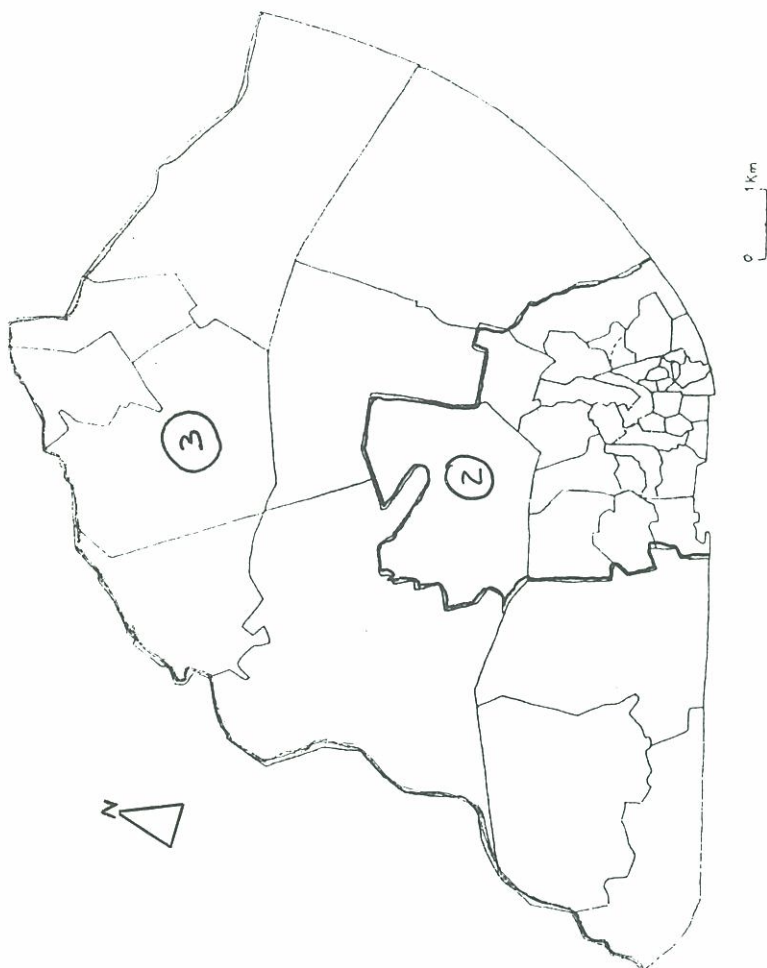
As informações disponíveis sobre a naturalidade dos recenseados em Lisboa entre 1890 e 1930 permite concluir que apenas as freguesias afastadas do núcleo central apresentam uma população predominantemente natural da cidade. Os fortes movimentos migratórios condicionam a existência de níveis inferiores, sobretudo nas áreas económicas de maior dinamismo.

O fenómeno tem contornos diferentes no Porto, em primeiro lugar por ser sempre superior a proporção dos naturais do concelho. Em 1900, essa percentagem fixava-se globalmente em 56%, embora inferior no centro da cidade e nas freguesias do termo, recém-integradas no espaço urbano. Porém, trinta anos depois, os resultados espelham a menor intensidade dos fluxos migratórios, que corresponde, aliás, à fase de desaceleração de crescimento do Porto e ao fechar da emigração. Nessa data, cerca de 75% dos arrolados haviam nascido no concelho. O seu peso fora substancialmente acrescido nas zonas mais afastadas do centro, embora se manifestasse um pouco por toda a parte.

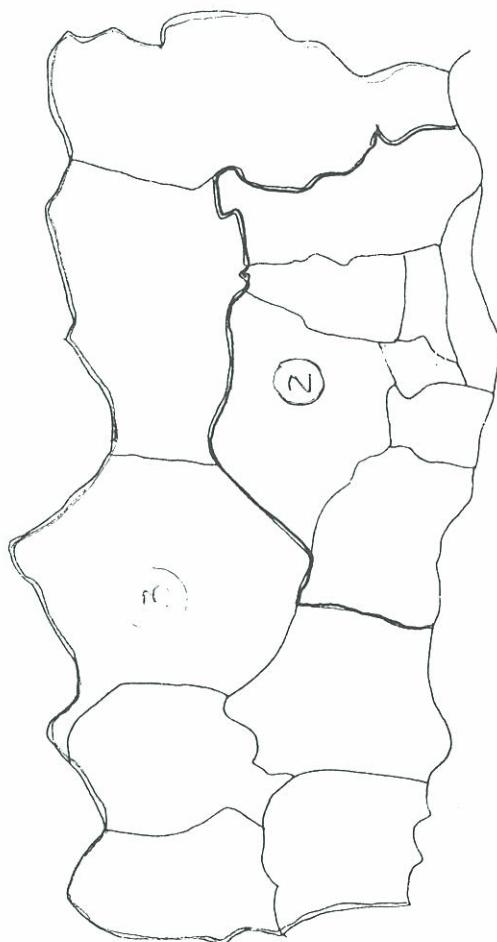
3. As zonas de crescimento diferenciado

É chegado o momento de proceder a uma inventariação das características mais destacáveis da evolução populacional urbana, de acordo com os critérios supra definidos. Este balanço permitiu-nos apontar em cada urbe a existência de três subdivisões geográficas, em que intervêm evoluções dissemelhantes (Mapas 1 e 2).

ZONA 1 — Formada por freguesias pouco populosas, não obstante



MAPA 1 — Divisão proposta para a cidade de Lisboa (1864-1930)



MAPA 2 — Divisão proposta para a cidade do Porto (1864-1930)

com densidades elevadas. Registam aumentos pouco significativos ou mesmo negativos. Em termos de estrutura populacional são mais envelhecidas e o seu evoluir depende da intensidade dos fluxos migratórios;

ZONA 2 — Abarca a área circundante ao núcleo central, servindo de fronteira entre o centro e as freguesias periféricas. Trata-se de uma zona populosa, de densidades médias, com um crescimento regular, embora mais acentuado em Lisboa, e uma estrutura populacional equilibrada.

ZONA 3 — Compreende a área de maiores dimensões, periférica, nalguns casos recém-incorporada nas cidades. As suas freguesias são reduzidas em termos de efectivos, embora manifestem uma saudável dinâmica de crescimento. Apresentam a estrutura populacional mais jovem, entreando-se, no entanto, uma proporção relativamente elevada de idosos. O peso dos grupos em idade activa apresenta oscilações significativas e conjunturais, a que não devem ser estranhas as vagas migratórias.

Na capital a repartição populacional pelas três áreas (Quadro 12) mostra que a ZONA 1, onde em 1864 residiam mais de metade dos lisboetas, decresce 46% até 1930. Pelo contrário, a ZONA 2 regista um aumento da ordem dos 71%, sendo a principal beneficiária do crescimento citadino. Por seu turno, a ZONA 3 representa em 1930 apenas mais 25% do que exibía ao iniciar-se a segunda metade do século XIX.

Na Cidade Invicta, a primeira zona tem, em 1930, menos de metade do peso populacional registado havia 70 anos (menos 52%). A zona intermédia, onde até 1900 vivia acerca de metade dos portuenses, não representa mais de 47% do total dos residentes em 1930. Ainda assim houve um aumento de 3% na ocupação dessa área. A última subdivisão cresce ininterruptamente, reforçando em 93% o seu peso relativo nesses três quartos de século.

Verifica-se desta forma uma uniformidade de comportamentos atinente ao espaço de povoamento inicial, observando-se uma tendência oposta na evolução das ZONAS 2 e 3 das duas cidades, só compreensível pela dinâmica própria de crescimento de cada uma delas.

Lisboa, Janeiro de 1991.

QUADRO 12
Evolução dos efectivos residentes nas 3 zonas urbanas de Lisboa e Porto (1864-1930)

	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930
Lisboa	190311	240740	300964	351210	431738	484664	591939
Zona 1	102768	131926	139647	149615	163197	167209	171662
Zona 2	55761	70778	106842	136269	189533	227792	297153
Zona 3	31782	38037	54474	65325	79008	89663	123123
Zona 1	54,0	54,8	46,4	42,6	37,8	34,5	29,0
Zona 2	29,3	29,4	35,5	38,8	43,9	47,0	50,2
Zona 3	16,7	15,8	18,1	18,6	18,3	18,5	20,8
Porto	92960	110667	146739	167955	194009	203091	232280
Zona 1	33269	34614	36206	36608	39292	35518	39641
Zona 2	42193	52473	72471	82977	94730	98711	108516
Zona 3	17498	23580	38062	48370	59987	68862	84123
Zona 1	35,8	31,3	24,7	21,8	20,3	17,5	17,1
Zona 2	45,4	47,4	49,4	49,4	48,8	48,6	46,7
Zona 3	18,8	21,3	25,9	28,8	30,9	33,9	36,2

Lisboa

Zona 1 — Zona central, incluiu as freguesias do Castelo, Coração de Jesus, Encarnação, Graça, Madalena, Mártires, Mercês, Pena, Sacramento, S.ta Catarina, S.ta Justa, Santiago, S.to Estevão, S. Cristovão e S. Lourenço, S. José, S. Mamede, S. Miguel, S. Nicolau, S. Paulo, S. Vicente, Sé, Socorro.

Zona 2 — Zona intermédia, com as freguesias de S.ta Isabel, S. Sebastião, S. Jorge, Anjos, S.ta Engrácia, Santos, Lapa, Beato.

Zona 3 — Zona periférica, compreende as freguesias de Belém, Ajuda, Alcântara, Benfica, Carnide, Lumiar, Ameixoeira, Charneca, Olivais, Campo Grande.

Porto*

Zona 1 — Zona central, englobando as freguesias da Sé, S. Nicolau, Victória, e Miragaia.

Zona 2 — Zona Intermédia, compreendendo as freguesias do Bonfim, S.to Ildefonso, Cedofeita e Massarelos.

Zona 3 — Zona periférica, em que se incluem as freguesias de Campanhã, Paranhos, Ramalde, Lordelo, Foz e Vilarinha.

* Foram sempre incluídas as freguesias de Aldoar, Nevogilde e Ramalde.



**SOBRE O 1.º CONGRESSO
DE ARQUEOLOGIA PENINSULAR,
CELEBRADO ENTRE 12 E 18 DE OUTUBRO
NA UNIVERSIDADE DO PORTO,
E EM PARTICULAR NA SUA FACULDADE DE LETRAS,
E ORGANIZADO PELA SOCIEDADE PORTUGUESA
DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA**

Realizou-se em Outubro de 1993, na Reitoria da Universidade do Porto (sessão inaugural — dia 12 de Outubro) e na sua Faculdade de Letras (dias 13 a 16), concluindo com diversas visitas de estudo ao exterior (dias 17 e 18), a maior reunião científica no âmbito da Arqueologia jamais efectuada em Portugal. O respectivo livro-guia, com cerca de 200 páginas, distribuído a todos os congressistas, desde logo fazia prever as dimensões científicas e sociais do acontecimento, o que inteiramente se confirmou.

Teve cerca de 800 participantes inscritos, e nele foram apresentadas centenas de comunicações e de «posters», os quais vão dar origem a 6 volumes de Actas, a publicar até 1995. O primeiro destes, com cerca de 500 páginas, saiu já do prelo no momento da inauguração do Congresso, facto de assinalar pela sua singularidade.

Nesta sessão inaugural, após as palavras de boas-vindas dirigidas pelo sr. Vice-Reitor, *Prof. Doutor Cândido dos Santos* (em representação do Sr. Reitor), o *Dr. Fernando Real*, director do Departamento de Arqueologia do IPPAR, apresentou uma conferência intitulada «A Arqueologia Portuguesa em Mapas e em Números». Seguidamente falou um dos dois secretários-gerais para Espanha, *Prof. Rodrigo de Balbin Behrmann*, Prof. Catedrático da Universidade de Alcalá de Henares (o outro é a Prof. Primitiva Bueno Ramirez, da mesma Universidade, ausente por motivos de saúde), e o signatário, secretário-geral para Portugal e presidente da direcção da entidade organizadora, a S.P.A.E. Seguiu-se um «Porto de Honra», oferecido por Adriano Ramos-Pinto (Vinhos).

O Congresso funcionou, durante os primeiros 3 dias, em quatro secções simultâneas. A 1.ª, de Pré-história, presidida pelo *Prof. António Arribas Palau*, Prof. Emérito da Univ. de Granada. A 2.ª, de Pré e Proto-história, presidida pelo *Prof. Hermanfrid Schubart*, director do Instituto Arqueológico Alemão de Madrid. A 3.ª, de

Arqueologia Romana, presidida pelo *Prof. Jorge de Alarcão*, Prof. Catedrático da Faculdade de Letras de Coimbra. A 4.ª, de Arqueologia Medieval e Pós-Medieval, presidida pelo *Prof. Carlos Alberto Ferreira de Almeida*, Prof. Catedrático da Faculdade de Letras do Porto.

Nos serões dos dias 14 e 15 reuniu-se uma «workshop» sobre a datação pelo radiocarbono, coordenada pelo *Prof. J. Peixoto Cabral*, director do Instituto José de Figueiredo, a qual reuniu todos os especialistas da Península nesta matéria.



**1.º Congresso de Arqueologia Peninsular
Aspecto da mesa da sessão inaugural**

Finalmente, no dia 16 o Congresso funcionou em plenário, tendo, da parte da manhã, consagrado os seus trabalhos aos contributos das ciências naturais e exactas à Arqueologia; a sessão foi presidida pela *Dr.ª Adília Alarcão*, directora do Museu Monográfico de Conímbriga. Da parte da tarde, dedicou-se um espaço aos problemas teóricos e metodológicos da disciplina, tendo presidido à sessão o *Doutor Juan Vicent García*, investigador do Centro de Estudos Históricos do CSIC, Madrid.

Após a leitura das conclusões das diversas secções, a cargo dos respectivos presidentes, foi feito um breve balanço do Congresso pelos secretários-gerais, tendo sido anunciada a intenção de se realizar o II.º Congresso de Arqueologia Peninsular em Zamora, em 1996.

Na sessão de encerramento falaram o Presidente do Conselho Directivo da Fac. de Letras do Porto, *Prof. Francisco Ribeiro da Silva* e, em representação do Sr. Presidente da Câmara, o Vereador do Pelouro das relações com a Universidade, *Prof. João Porto*.

Nos dias 17 e 18 realizaram-se visitas de estudo a locais arqueológicos e museus do Porto, V.^a N.^a de Gaia, Marco de Canaveses (Freixo), Paços de Ferreira (Citânia de Sanfins), Braga, Penafiel, Mirandela, Vila Nova de Foz Côa, Meda e Mangualde.

O êxito indiscutível do Congresso, que, cremos, honra a Faculdade de Letras e a Universidade do Porto, a S.P.A.E., mas também esta cidade e o país, deveu-se a um vastíssimo rol de pessoas, que vai desde o trabalho de um secretariado composto por cerca de 50 jovens licenciados ou estudantes, até à qualidade intrínseca dos estudos apresentados e que vão ficar registados nas Actas. Por detrás disso tudo, o signatário foi apenas um motor, de impulso e de sustentação de uma iniciativa, na qual se procurou, e se conseguiu, envolver toda a Academia e a Cidade.

A estratégia adoptada para levar a efeito tão magna realização, sem recorrer a empresas especializadas ou ao aluguer de espaços com condições especiais (procurando concentrar o máximo investimento no produto final, as Actas), resume-se em alguns tópicos, já expostos com outro desenvolvimento na Introdução ao 1.^o vol. das mesmas Actas:

1. O Congresso foi longamente planificado

Tendo a ideia ocorrido em finais de 1990, começou a ser trabalhada em inícios de 1991, sobretudo através de uma primeira entrevista com colegas de Madrid, nesta cidade. Os grandes objectivos foram fixados numa circular que se principiou a difundir em Portugal e Espanha ainda nesse ano.

Assim como se iniciou em 1991, o processo só estará terminado muito depois do evento propriamente dito, em 1995, quando se publicar o 6.^o e último volume de Actas.

2. O Congresso procurou ter uma selecção de qualidade

Constituída uma comissão científica portuguesa e outra espanhola (com um número de elementos, cujos nomes indicaremos no fim desta notícia, necessariamente proporcional à dimensão dos respectivos países), estas reuniram separadamente em 1992, seleccionando as propostas de comunicação (entretanto remetidas pelos arqueólogos e outros investigadores) em três tipos: as que seriam apresentadas oralmente, as que se traduziriam num «poster» a afixar durante o Congresso, e, finalmente, as (felizmente muito raras) que não interessavam aos objectivos do mesmo (que eram, obviamente, os da qualidade e da novidade das ideias e dos «dados»). Previamente definiu-se que 1/3 do tempo disponível nas secções I, II, III e IV seria preenchido com comunicações sobre Portugal e 2/3 com comunicações sobre o Estado Espanhol.

3. Este congresso tentou eliminar fronteiras

Apesar das características comuns da nossa mundividência ibérica, tanto hoje como no passado, não tem havido, em Arqueologia, um foro onde debater questões e intercambiar conhecimentos que interessam a todos os especialistas, e demais público, peninsulares, para além de fronteiras políticas, administrativas, ou outras. Essas fronteiras, em ciência, mais do que em qualquer domínio, não têm razão de existir, e devem ser ultrapassadas, por obsoletas e impeditivas do desenvolvimento.

4. Este congresso procurou ter uma perspectiva abrangente

Porque visou abarcar toda a Península, em todas as épocas, segundo todos os prismas que os congressistas entenderam utilizar. Porque integrou preocupações sobre as ciências naturais e exactas aplicadas à Arqueologia, e acolheu uma «workshop» sobre radiocarbono, além de se debruçar sobre assuntos de teoria e de metodologia.

5. Este congresso foi maioritariamente feito por jovens

Como já dissemos, procurou-se que nele estivesse comprometida (no bom sentido, é claro) toda a Academia, do Reitor ao estudante do 1.º ano (não esquecendo os funcionários da Reitoria e da F.L.U.P.). No secretariado do Congresso e nos das sessões, como autores de comunicações ou «posters», ou simplesmente na assistência, houve muitas centenas de jovens (de numerosas universidades, acrescente-se) envolvidos nesta realização.

6. Este congresso quis ser um congresso eficaz

Procurou-se a melhor adequação possível dos meios aos fins. Os fins foram romper com a tendência para o isolamento ou regionalismo que afecta muitos profissionais da Arqueologia; articular melhor os arqueólogos portugueses com os de outras regiões da península, por forma a estimular projectos de trabalho em comum; em suma, incrementar o diálogo e o fluxo de conhecimentos e de ideias. E publicá-los rapidamente, superando as negativas tradições de congressos portugueses anteriores que nunca viram as Actas dadas à estampa (ou só as viram parcialmente).

7. Este congresso pretende ser o primeiro de uma série

Ou seja, ambiciona criar uma dinâmica em que se sinta como necessária, ao bom desenvolvimento da Arqueologia ibérica, a realização periódica de congressos do mesmo género, muito embora com figurinos adaptados aos interesses de cada momento. Estes congressos poderiam cada vez mais ser orientados para a valorização de projectos de equipas dos dois países, para a discussão de temas resultantes do desenvolvimento de tais projectos, ou mesmo serem organizados em torno de problemas ou perspectivas transcronológicas e transregionais, não espartilhando os investigadores em «épocas», mas dividindo-os (devido a constrangimentos de tempo, sempre inultrapassáveis) por problemáticas. Ou seja, deveriam ter objectivos e metodologia que os distinguíssem claramente dos congressos nacionais de Arqueologia de cada país, isto é, que se não sobrepussem àqueles.

Que estes congressos tenham continuidade, e funcionem como uma espécie de «assembleia magna» dos arqueólogos ibéricos, expressando não só os resultados do seu labor, como os seus legítimos anseios científicos e de afirmação profissional, são os votos do signatário, que agradece em nome da S.P.A.E. a todos quantos deram, e venham a dar, o seu apoio a esta iniciativa.

Vítor Oliveira Jorge
Secretário Geral do Congresso para Portugal

Comissão Científica Portuguesa:

J. M. Peixoto Cabral, Director do Instituto José de Figueiredo (Lisboa) (Arqueometria); *Rui Sobral Centeno*, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Arqueologia Clássica); *José d'Encarnação*, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Arqueologia Clássica); *Susana Oliveira Jorge*, Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Pré-história); *Maria Manuela Martins*, Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Minho (Braga) (Proto-história/Arqueologia Clássica); *Armando Coelho F. Silva*, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Proto-história/Arqueologia Clássica); *Cláudio Torres*, Director do Campo Arqueológico de Mértola (Arqueologia Medieval).

Comissão Científica Espanhola:

Manuel Acien, Professor Titular da Universidade de Málaga (História Medieval); *Carmen Aranegui*, Professora Catedrática da Universidade de Valência (Arqueologia Clássica); *M.^a Eugénia Aubet Semmler*, Professora Catedrática da Universidade Autónoma de Barcelona (Pré-história); *Ignacio Barandiarán Maestu*, Professor Catedrático da Universidade do País Basco (Pré-história); *Miquel Barceló*, Professor Catedrático da Universidade Autónoma de Barcelona (História Medieval); *Manuel Bendala Galán*, Professor Catedrático da Universidade Autónoma de Madrid (Arqueologia Clássica); *Germán Delibes de Castro*, Professor Catedrático da Universidade de Valladolid (Pré-história); *Manuel Fernandez Miranda*, Professor Catedrático da Universidade Complutense de Madrid (Pré-história); *Manuel Martin Bueno*, Professor Catedrático da Universidade de Saragoça (Arqueologia Clássica); *Isabel Martinez Navarrete*, Colaboradora científica do Departamento de Pré-história do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC, Madrid) (Pré-história); *Bernat Martí Oliver*, Director do Servei d' Investigació Prehistòrica (Valência) (Pré-história); *Fernando Molina Gonzalez*, Professor Catedrático da Universidade de Granada (Pré-história); *Alfonso Moure Romanillo*, Professor Catedrático da Universidade de Santander (Pré-história); *Mercedes Roca*, Professora Catedrática da Universidade Central de Barcelona (Arqueologia Clássica); *Javier Sanchez Palencia*, Colaborador científico do Departamento de Arqueologia do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC, Madrid) (Arqueologia Clássica); *Manuel Santonja Gomez*, Director do Museu de Salamanca (Pré-história); *José Manuel Vazquez Varela*, Professor Titular da Universidade de Santiago de Compostela (Pré-história).

Secretários de sessões

Carlos Brochado de Almeida (Faculdade de Letras da Universidade do Porto); Paulo Gomes Amaral (SPA); Mário Jorge Barroca (Faculdade de Letras da Universidade do Porto); Ana Maria Bettencourt (Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho); João Muralha Cardoso (Departamento de Arqueologia do IPPAR); Teresa Pires Carvalho (SPA); Joel Alves Cleto (Câmara Municipal de Matosinhos); Susana Helena Correia (IPPAR); Virgílio Hipólito Correia (Museu Monográfico de Conímbriga); Maria das Dores Cruz (SPA); Ana Leite da Cunha (IPPAR); Maria Eugénia Cunha (Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra); Carlos Fabião (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa); Isabel Maria Figueiral (Colab. Universidade de Montpellier); Paulo Dordio Gomes (Intervenção Arqueológica/Casa do Infante, Porto);

Francisco Sande Lemos (Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho); Alexandra Cerveira Lima (Direcção SPAE); Maria da Conceição Lopes (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra); Isabel Pinto Osório (Gabinete de Arqueologia Urbana — C. M. Porto); José Marcelo Pinto (Universidade Moderna); João Pedro Ribeiro (Faculdade de Letras da Universidade do Porto); José Cardim Ribeiro (Museu Regional de Sintra); Sérgio Emanuel Rodrigues (Direcção SPAE); Maria de Jesus Sanches (Faculdade de Letras da Universidade do Porto); Paula Mota Santos (Instituto Erasmus, Porto); António Manuel Silva (Direcção SPAE); Eduardo Jorge Silva (Universidade Portucalense); Ricardo Abrantes Teixeira (Intervenção Arqueológica/Casa do Infante, Porto).

Entidades apoiantes

Subsídios:

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO
REITORIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
FUNDAÇÃO ENG.º ANTÓNIO DE ALMEIDA
JUNTA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA
GOVERNO CIVIL DO PORTO
FACULDADE DE LETRAS DO PORTO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
INSTITUTO CAMÕES
FUNDAÇÃO DA CASA DA CULTURA DE LÍNGUA PORTUGUESA
INSTITUTO DA JUVENTUDE

Apoio logístico:

FACULDADE DE LETRAS DO PORTO
REITORIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA
CÂMARA MUNICIPAL DE V. N. FOZ CÔA
CÂMARA MUNICIPAL DE PAÇOS DE FERREIRA
ADRIANO RAMOS-PINTO (Vinhos)
MONTEPIO GERAL
CAFÉS MONTARROIO
UNICER
MUSEU DE ETNOLOGIA DO PORTO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA — DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE
RN TOURS-TRAVEL AGENCY
LIVRARIA LEITURA
LIBRERIA TIPO
GRUPO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DO PORTO
INFOR
PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÊS
MUSEU D. DIOGO DE SOUSA (Braga)
ADEGA COOPERATIVA DE FREIXO DE NUMÃO (V.ª N.ª Foz Côa)
MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA
MUSEU MONOGRÁFICO DE CONÍMBRIGA
ÁREA ARQUEOLÓGICA DO FREIXO
UNIDADE DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO MINHO
MUSEU MONOGRÁFICO DA CITÂNIA DE SANFINS
INSTITUTO DO VINHO DO PORTO
PROLÓGICA